



MOÇÃO N° 4 - 30 DE MAIO DE 2025

REPÚDIO À TERCEIRIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), no uso de suas atribuições legais e regimentais, se manifesta contra a terceirização da alimentação escolar em diversas redes públicas de ensino do país.

A alimentação escolar é um direito fundamental dos estudantes, instrumento essencial para a promoção da saúde, do bem-estar, da permanência escolar e, para muitos, representa a única refeição diária.

Considerando:

- Que a alimentação escolar é política pública fundamental para o combate à desnutrição, promoção da segurança alimentar e melhoria no processo de aprendizagem;
- Que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Lei nº 11.947/2009 estabelecem que, no mínimo, 30% dos recursos sejam destinados à compra direta da agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural sustentável;
- Que a terceirização da alimentação escolar pode comprometer a qualidade e segurança alimentar, ao priorizar fornecedores intermediários e produtos ultraprocessados, prejudicando a saúde das crianças e adolescentes;
- Que há risco de fragilização do controle social e da transparência na gestão da alimentação escolar, essenciais para garantir a democratização das políticas públicas;
- Que a terceirização pode levar à perda de vínculos com os produtores locais, ameaçando a economia dos territórios rurais e a soberania alimentar das comunidades;
- Que a prática de terceirização promove, frequentemente, a precarização das relações de trabalho no setor de alimentação escolar.

O Condraf manifesta sua preocupação com o avanço da terceirização da alimentação escolar e recomenda que as autoridades competentes reavaliem essa prática. Defende-se a gestão direta e transparente da alimentação escolar, com prioridade à compra direta da

agricultura familiar, à promoção da alimentação adequada e saudável e ao fortalecimento das economias locais.

A alimentação escolar, além de direito humano fundamental, é instrumento estratégico de política pública intersetorial, envolvendo a saúde, a educação e o desenvolvimento rural. A terceirização compromete esses objetivos, fragilizando a qualidade da alimentação, os controles sociais e a promoção da agroecologia e da sociobiodiversidade.

Pedimos:

1. Às autoridades federais, estaduais e municipais competentes, assim como às organizações da sociedade civil, para que adotem medidas que garantam a alimentação escolar como política pública inclusiva, participativa e promotora do desenvolvimento rural sustentável.
2. Reiteramos nossa disposição para colaborar com todas as iniciativas que visem garantir que a alimentação escolar permaneça um instrumento de promoção da dignidade, da saúde e do desenvolvimento dos territórios rurais.

Plenário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em sua 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 28 a 30 de maio de 2025.